

**Vender o que der para vender,
mas a que preço?**
*SELLING GIVING TO SELL, BUT
WHAT PRICE***Cristian Boragan Gugliano**

Mestrando em Comunicação, pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS; jornalista e psicanalista.

Quase um ano antes do lançamento, o livro *A privatária tucana*¹ já causava embaraços aos políticos do PSDB. Foi em 2010, durante a campanha presidencial, que um dos capítulos saiu do computador do jornalista Amaury Ribeiro Jr. – o autor – para estampar as páginas dos principais *blogs* e *sites* favoráveis à eleição da candidata petista Dilma Rousseff. Para não perder a oportunidade, o vazamento dos dados acabou se tornando o último capítulo do livro que, segundo o autor, deu-se através do furto de arquivos, capitaneado por Rui Falcão, presidente nacional do Partido dos Trabalhadores. O que havia ali era “nitroglicerina pura”. O próprio subtítulo da obra falava da privatização tucana como “o maior assalto ao patrimônio público brasileiro”. O termo “privatária” fora cunhado pelo jornalista Elio Gaspari ao unir as palavras “privatização” e “pirataria”.

Amaury Ribeiro Jr. é um repórter investigativo, ganhador de três *Prêmios Esso* e quatro *Prêmios Vladimir Herzog*, e, já no primeiro capítulo do livro, tratou de como foi pesquisar os mecanismos que regeram as privatizações brasileiras realizadas durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002. Foi de Fernando Henrique a frase “vamos vender o que der para vender”, referindo-se às estatais brasileiras.

Tudo começou com três tiros disparados contra o repórter. Em setembro de 2007, o jornalista trabalhava para o jornal *O Estado de Minas*, mas fazia uma série de reportagens especiais para o jornal *Correio Braziliense*, do mesmo grupo, sobre a violência no entorno do Distrito Federal. A matéria rendeu-lhe os tiros. O ferimento a bala fez com que Ribeiro Jr. mergulhasse, segundo ele, “em uma profunda depressão”. Ao sair do hospital, o repórter resolveu passar alguns meses no seu sítio, no interior de Minas Gerais, para se dedicar à plantação de uvas. Mas foi justamente neste período que o PSDB (Partido da Social-Democracia Brasileira) estava em vias de escolher seu candidato à Presidência da República, e dois nomes se digladiavam entre si: Aécio Neves e José Serra.

A briga estava tão intensa que, de acordo com Ribeiro Jr., os políticos mandavam recados um para o outro via jornais. Primeiramente, veio o recado de Serra para Aécio, através do já falecido colunista Mauro Chaves. O título, embora publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, um veículo conhecido por primar pela norma culta da Língua Portuguesa, chamava-se *Pó pará, governador?*. Para

Ribeiro Jr., este ‘pó’ implicava uma referência indireta a Aécio Neves:

Contrastando com a linha conservadora do jornal, instilou uma insinuação pesada, uma suposta ligação de Aécio ao “pó”, ou seja, cocaína para atingir dois objetivos: expor publicamente, de modo vulgar e dissimulado, o comportamento do rival de Serra e enviar-lhe um recado muito claro (p. 29).

Aécio respondeu da mesma forma, via jornais, desta vez com um artigo publicado em *O Estado de Minas*, intitulado *Minas a reboque, não!*.

Ao recuperar-se do tiro, Ribeiro Jr., já neste clima de disputa eleitoral, recebeu a missão de *O Estado de Minas* de descobrir quem estava espionando o então governador Aécio Neves. A resposta óbvia: o também governador José Serra. Feita a descoberta – e o relatório –, Ribeiro Jr. decidiu aprofundar-se no tema das privatizações feitas no período de Fernando Henrique Cardoso. Para isso, o repórter usou um estilo de jornalismo denominado RAC (reportagem através de computador), um meio de cruzar bancos de dados e analisar informações para, a partir daí, escrever matérias. Amaury Ribeiro Jr. investigou cartórios no Brasil, no Caribe e nos Estados Unidos, leu processos judiciais, cruzou documentos até construir, segundo ele, o caminho de ida e volta do dinheiro desviado. Primeiro, o dinheiro sujo era enviado a um “paraíso fiscal” no Caribe, mais precisamente nas Ilhas Virgens Britânicas. “Paraíso fiscal” é o nome dado a países que permitem a circulação do dinheiro sem muitos entraves, como a tributação. Outra facilidade, nesses lugares, é a abertura de uma empresa, em que, na grande parte das vezes, o nome dos donos não aparece. O dinheiro sujo era enviado para uma conta de uma empresa aberta no Caribe e por lá ficava certo período. Para repatriar estes valores de forma legal – dinheiro limpo –, os envolvidos montavam no Brasil empresas, que se “associavam” às empresas do



¹ RIBEIRO JR., Amaury. *A privatária tucana*. São Paulo: Geração Editorial, 2011. 343p.

Caribe e recebiam aporte de dinheiro, agora perfeitamente legalizado.

A cada final de capítulo, Ribeiro Jr. trouxe uma série de documentos, provando aquilo que ele mostrou, como em uma espécie de dossiê. Em muitas vezes, observa-se que a mesma pessoa assinava “nas duas pontas”; em outras palavras, o dono da empresa do Caribe era o mesmo dono da empresa brasileira. De um lado, este pedia dinheiro e do outro, no exterior, liberava o dinheiro. Uma das principais figuras que se utilizava deste esquema de lavagem de dinheiro era Verônica Serra, filha de José Serra. Além dela, seu marido, Alexandre Burgeois, atuava da mesma forma. José Serra fora Ministro do Planejamento na era das privatizações.

A partir deste esquema de lavagem de dinheiro, a quadrilha começou a comprar empresas privatizadas por Fernando Henrique. Ribeiro Jr. mostrou ainda como certas garantias foram deixadas de lado quando os interessados pelas empresas a serem privatizadas eram aliados de Serra e do PSDB. Um deles é o espanhol naturalizado brasileiro Gregório Marín Preciado, casado com a prima de Serra. Em 1993, Preciado tomou um empréstimo de 3 milhões de dólares no Banco do Brasil, agência Rudge Ramos, em São Bernardo do Campo. Preciado não pagou este empréstimo, que se tornou, com juros e multas, algo em torno de 140 milhões de dólares. Mesmo devendo todo este dinheiro para um banco estatal, Preciado conseguiu comprar três estatais da área de energia elétrica: a Coelba, na Bahia; a Cosern, no Rio Grande do Norte; e a Celpe, em Pernambuco. Para narrar este período, Ribeiro Jr. utilizou o termo “briberização”, algo como o saquear

dos piratas, originário do inglês “briberization”, cunhado por Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia, para explicar o assalto às empresas públicas no Terceiro Mundo.

Lançado no final de 2011, a primeira edição, com cem mil exemplares, rapidamente se esgotou nas livrarias e o livro tornou-se um *best-seller*. Ainda sim, a imprensa tradicional não publicava uma palavra sobre *A privataria Tucana*. Apenas quando Verônica Serra resolveu refutar as acusações é que jornais como *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* passaram a falar da existência do livro, como o jornalista Luciano Martins Costa tratou em um artigo para o portal *Observatório da Imprensa*². O livro foi, de acordo com o *site* jornalístico R7, um dos mais vendidos no mês de dezembro de 2011 nas livrarias Cultura, Publifolha e Publinews, que contabilizaram as vendas de 12 livrarias nacionais³.

Mesmo depois da publicação, *A privataria Tucana* não deixou de causar polêmicas. A resenha do livro causou a demissão de dois profissionais da *Revista de História da Biblioteca Nacional*, foi o que afirmou o jornalista Elio Gaspari em sua coluna em 24 de janeiro deste ano. De acordo com Gaspari, o texto causou a demissão do autor da resenha, o jornalista Celso de Castro Barbosa, por desagradar Sérgio Guerra, presidente do PSDB, e Gustavo Franco, ex-ministro ligado ao governo de Fernando Henrique Cardoso.

O livro, aliás, foi um dos finalistas da 54ª edição do Prêmio Jabuti, patrocinada pela Câmara Brasileira do Livro, mas não ganhou, o que não retira a aura polêmica de seu autor e sua obra.

² COSTA, Luciano Martins. A privataria tucana – a imprensa descobre o livro. *Observatório da Imprensa*, edição 674, São Paulo, 28 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_imprensa_descobre_o_livro>. Acesso em: 1 de outubro de 2012.

³ In: *R7 Notícias*, São Paulo, 28 de dezembro de 2011. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/brasil/noticias/revista-veja-esconde-sucesso-de-livro-que-denuncia-tucanos-20111228.html>>. Acesso em: 1 de outubro de 2012.